

--- N.º 7/2015 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

--- Ao dia um do mês de setembro de dois mil e quinze, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, extraordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

--- **PONTO ÚNICO** - *RESOLUÇÃO FUNDAMENTADA, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 128.º DO CÓDIGO DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS (CPTA), TENDENTE A PERMITIR A PRÁTICA DE ATOS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA PARA O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. (GRELHA D)*-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Heitor Rui Santos Bernardo e Paula Rosa Gomes Peixoto Dourado, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA-----

--- ALFREDO AUGUSTO AZEVEDO MORAIS LIMA -----

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

--- ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA -----

--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

--- ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA-----

--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

--- ANTÓNIO FERREIRA MATOS-----

--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----

--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----

--- AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS -----

--- AVELINO FREITAS SILVA -----

--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO-----

--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA-----
--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----
--- CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO -----
--- CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO -----
--- CRISTINA MARIA FREITAS DIAS -----
--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----
--- DOMINGOS SOUSA COSTA-----
--- DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO-----
--- FERNANDO RIBEIRO MONIZ -----
--- FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
--- FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----
--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----
--- JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----
--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
--- JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO -----
--- JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO-----
--- JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA -----
--- JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA -----
--- JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----
--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
--- JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS -----
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
--- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
--- LURDES OLIVEIRA FERNANDES-----**FALTOU**-----
--- MANUEL AZEVEDO SILVA-----
--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----

--- MANUEL MARTINS COSTA -----
 --- MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
 --- MANUEL SILVA ALVES -----
 --- MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
 --- MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA -----
 --- MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
 --- MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
 --- MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES ----- **FALTOU** -----
 --- MIGUEL OLIVEIRA COSTA -----
 --- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----
 --- PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA -----
 --- PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
 --- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
 --- PAULO JORGE LOPES COELHO -----
 --- PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----
 --- PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----
 --- RAQUEL ALMEIDA PINTO -----
 --- RAUL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS -----
 --- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA -----
 --- RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES -----
 --- RUI PEDRO PACHECO ALVES -----
 --- SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----
 --- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----
 --- VITOR TORRES PEREIRA -----
 --- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período da: -----
 ----- **ORDEM DO DIA** -----
 --- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: -----
 --- “Eu queria comunicar formalmente, que relativamente ao pagamento de senhas de
 presença, foi-nos remetido um *email* pelos serviços jurídicos da Câmara Municipal, já em
 2015, com um parecer jurídico da CCDRN, no sentido que só poderão ser pagas uma única

senha de presença por cada sessão da Assembleia Municipal, não se podendo pagar as continuações. Já o subsídio de transporte, será pago por cada sessão e por cada reunião. Portanto, uma coisa são as senhas de presença, outra coisa são os pagamentos relativos às deslocações. -----

--- Como tal, a partir da data em que a Assembleia Municipal teve conhecimento deste parecer que interpreta juridicamente a lei, nós decidimos, não obstante um novo parecer que vamos pedir, pagar apenas a reunião e não as continuações da Assembleia Municipal, porque a tanto estamos impedidos. Eu dei já disto conhecimento na Comissão Permanente de Apoio à Mesa a cada um dos representantes dos diferentes grupos municipais. -----

--- O que lhes queria informar, é de que isto será assim, não obstante novo parecer com a interpretação desta Mesa que vamos solicitar quer da CCDRN, quer das outras entidades competentes. Agora o que não podemos é violar a lei e, portanto, saberão então que nas continuações das reuniões da Assembleia Municipal, nós não pagaremos essas continuações e, das duas uma, ou teremos que fazer reuniões mais curtas, com menos pontos na ordem de trabalhos para conseguirmos terminar essas reuniões, ou então os senhores deputados terão que ser mais parcimoniosos na utilização do tempo, para que terminemos as reuniões e não sejamos, nesse caso, obrigados a um encargo que será obviamente oneroso para cada um dos senhores deputados”. -----

--- **PONTO ÚNICO - RESOLUÇÃO FUNDAMENTADA, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 128.º DO CÓDIGO DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS (CPTA), TENDENTE A PERMITIR A PRÁTICA DE ATOS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA PARA O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. (GRELHA D)**-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento e disse estar à disposição para qualquer questão. -----

--- **CÉLIA CASTRO (PS)** – disse o seguinte:-----

---“Senhor Presidente, afinal as dúvidas do PS relativas a este processo tinham razão de ser. Afinal este processo não foi tão consensualizado como nos informou na assembleia de 29 de abril, prova disso é o facto de nos encontrarmos aqui agora.-----

--- Prova disso, Senhor Presidente, é também os 417 professores deste concelho que votaram não a este contrato interadministrativo. Como deve saber, na eleição que decorreu em todos os agrupamentos sobre esta questão, dos 438 professores votantes apenas 16 professores votaram favoravelmente a este contrato. -----

--- E ainda mais Senhor Presidente, caso as votações dos membros do Conselho Geral de cada agrupamento fossem com voto secreto e não de dedo no ar, com certeza que os resultados não seriam os mesmos que foram obtidos. Talvez a tal partilha de soluções para o concelho com os agentes, que o Senhor Presidente falou, não tenha sido a melhor no que respeita a este assunto de descentralização, ou então a mensagem não foi clarificadora. -----

--- O que o PS sugeriu foi que fosse feita uma maior reflexão sobre este processo de modo a garantir a participação ativa de todos, mas todos os membros das comunidades educativas deste concelho, sem precipitações, o que efetivamente não veio a acontecer. -----

--- Senhor Presidente, o PS continua com dúvidas neste processo, contudo e atendendo ao interesse para que o ano letivo comece sem percalços e atendendo, sobretudo, ao processo de contratação em curso de pessoal não docente, que podia ficar comprometido, vamo-nos associar à declaração de interesse público com o voto de abstenção.” -----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Eu penso que a posição do PSD, como será óbvio, até pela explicação que foi dada pelo senhor Presidente da Câmara, não podia ser outra que não apoiar integralmente e convictamente a proposta da Câmara. É certo que a matéria em causa que hoje se trata, é uma que é diferente daquela que já se discutiu nesta casa. É uma que é diferente do que já se discutiu na Câmara. É uma que é diferente de todos os contactos e processos de diálogo que durante meses correram neste concelho. O que hoje se está a decidir, é se vamos permitir a instalação do caos dentro de dez ou quinze dias, ou se vamos permitir que os alunos possam frequentar as aulas com normalidade e dentro dos prazos previstos. O que aqui está em causa, é se vamos permitir que alguns interesses ligados a uma das partes do sistema educativo, que não todas, se possam sobrepor àquilo que é o interesse público. Não tenho qualquer dúvida que o interesse público, neste caso, nos impõe um voto favorável à proposta da Câmara Municipal. Não tenho qualquer dúvida que este é o único voto que vai de encontro ao interesse de cerca de 20 mil alunos neste concelho, e de cerca de 12 mil famílias

que ficariam afetadas pela tomada de uma providência, que nem sequer em termos substantivos e substanciais, está em discussão. -----

--- É que, contrariamente ao que o Partido Socialista aqui afirmou, eu em política tenho que tomar opções e tenho que as convocar, e tenho que as defender com convicção, e se eu não concordo, eu voto contra. Se eu sou a favor, e aqui merecia um consenso de generalidade, eu voto a favor. Nunca por nunca, numa matéria tão importante para este concelho, nunca por nunca eu direi, talvez..., que é isto que o Partido Socialista anda a dizer desde o princípio. Nós damos a cara, demos a cara pela substancia, demos a cara agora pela forma. Não temos dúvida nenhuma que esta proposta, a ser aprovada, é aquilo que beneficia a população famalicense. E é só isso que hoje está em causa. Os aspetos substantivos foram aprovados por esta casa, a casa da democracia, em que a vontade da maioria é uma vontade que tem que ser respeitada.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Realmente não é a questão substantiva que nos traz cá, é uma mera questão processual, poderíamos assim dizer, e até no seguimento daquilo que o senhor deputado Álvaro Oliveira dizia ainda agora, quer dizer, realmente a forma poderá ser inimiga jurada do arbítrio. Mas aqui a questão da forma, prende-se também com esta questão substantiva e vão me permitir o parenteses, isto parece que já faz parte de um universo de campanha eleitoral. Quer dizer, não é que estejamos em presença de um PAF local, mas ou nós ou o caos. Vão perdoar que não será bem o caso, quer dizer, poderá do decurso da não oposição, ou efeito suspensivo desta providência cautelar, decorrer alguns sobressaltos, não digo que não, nomeadamente na contratação de auxiliares, mas convenhamos, não será o caos no início do ano letivo. Quer dizer, os professores estão na escola, as escolas estão lá, os edifícios estão assegurados, provavelmente a sua manutenção..., mas isso é culpa do Ministério da Educação, senhor Presidente. Isso como já o era há meses, não se alterou radicalmente a realidade. Quer dizer, o Município predispõe-se a colaborar com a Administração Central e esta delegação de competências visa realmente favorecer que a comunidade famalicense possa ainda ter melhor educação. Concordamos com essa possibilidade, já o discutimos em tempos, no mês de abril, que o Bloco de Esquerda nada tem contra a aproximação da Administração às pessoas. Nada em relação a isso. A questão como foi feito, como foi

suscitada a colaboração dos agentes, e isto não é por acaso que também é o Sindicato dos Professores, é que convenhamos, um dos agentes essenciais em todo este processo serão os professores, quer dizer, isto sem a colaboração dos professores complica-se, não é! Vir com o caos invocar esta questão do interesse público, parece-me que é um pouco alarmista, porque não está propriamente o ano letivo, e muito menos o seu início em causa, e aqui o Bloco de Esquerda manifesta a sua oposição a esta concessão.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse o seguinte: -----

--- “Igualmente pensamos que de facto não se trata aqui propriamente de uma questão, nós ou o caos. Tranquilamente pensamos, mas com preocupação, como é evidente, do que se trata aqui é de defender justamente o interesse público da escola pública, ou o, entre aspas, o interesse público da Câmara Municipal, ou dos privados mais à frente, como aliás iremos ver. -----

--- A CDU de facto não tem dúvidas de que os professores têm razão, e têm-na medida em que só eles têm legitimidade para arguirem, como aliás o fizeram, várias providências cautelares para suspender o efeito executivo da medida de municipalização do ensino, o que no caso de Famalicão é um facto, e que acontece também, como se sabe, noutros concelhos, cerca de 14 concelhos deste país. Requerimento esse, medida essa, apontada pelos professores que tem desde já a solidariedade da CDU. -----

--- Os professores não esquecem de facto o corte de mais de três mil milhões de euros durante os quatro anos que estão para trás, e a eliminação de mais de 40 mil postos de trabalho que este Governo de maioria de direita PSD/CDS, impôs à escola pública e o que se vê entretanto, é que o privado vem ganhando espaço, o que, aliás, também se tem visto, muitos dos professores que estiveram, ou que se inseriram nesta relação laboral com o privado, já foram confrontados também com o próprio desemprego. -----

--- Oito milhões e cento e dois mil euros, é de facto o isco proveniente do Governo para que esta Câmara tenha aceitado tramar os professores, designadamente estes, e mutilar sobretudo a escola pública, com vista à privatização e privatiza-la mais tarde, não já. -----

--- Mas isto não é um ato isolado! O Governo PSD/CDS, tem-se fartado de entregar aos municípios, a possibilidade de privatizar outros serviços públicos. -----

--- Esta medida da municipalização do ensino, insere-se, de facto, num conjunto mais vasto de medidas que visam privatizar outros serviços. De facto, a continuação da municipalização, estes contratos da municipalização dos serviços, ainda que apareça envolvido sob um certo manto de descentralização de serviços, de facto não o é, como vem demonstrar o próprio programa da coligação de direita, PSD/CDS, que contempla a própria revisão da lei de bases do sistema educativo, associando-se ao desenvolvimento de políticas de contratos de associação, ao incentivo de escolas independentes, no quadro da “diversificação da natureza institucional” que “garantam o serviço público” ou a valorização da chamada liberdade de escolha e a diferenciação dos percursos escolares. -----

--- O que está aqui em causa é o interesse público de quem? -----

--- Vejamos: -----

--- Por acaso não foi por proposta da maioria de direita PSD/CDS que a Câmara Municipal aprovou com os votos desta e a abstenção (silenciosa) do PS as medidas de municipalização da educação e que de seguida a mesma obteve os votos favoráveis desta maioria nesta Assembleia Municipal? Como se sabe, foi. A CDU, como se sabe, votou contra, porque defende a Escola Pública e que tal medida é o trampolim para a privatização futura do ensino neste concelho, particularmente. Interesse público? Não meus senhores. Interesse privado da Câmara de Famalicão, claro! -----

--- Na verdade, toda a Escola Pública e os seus agentes do ensino, serão prejudicados com esta medida da municipalização, sendo que, de facto, esse prejuízo nunca mais será obtida a sua compensação!-----

--- Por isso, não deve assistir, nem à Câmara do PSD/CDS nem a esta Assembleia, qualquer legitimidade política para querer agora invocar interesse público só porque, de facto, o que quer ver decidido é, sim, o interesse privado da sua decisão que mais não é do que querer inviabilizar a suspensão da sua própria medida! -----

--- A CDU, ao defender a Escola Pública está igualmente do lado dos profissionais do ensino, designadamente dos professores que dedicaram e dedicam muitas horas de trabalho durante estes 40 anos ao ensino público e têm estes, isso sim, toda a legitimidade (até porque contrariamente ao que aqui foi afirmado pela Câmara Municipal, 95% dos professores deste concelho estão contra esta medida de municipalização) para requerer,

como o fizeram, esta providência cautelar, para ver suspenso este processo de municipalização do ensino, que a maioria de direita teimosamente persiste, tal é, a nosso ver, a sua gula e o seu grande objetivo: -----

--- Privatizar, Privatizar, Privatizar!!! -----

--- Ou seja, é fartar, vilanagem!!!-----

--- Interesse público é o da escola pública, dos seus professores, alunos e dos seus encarregados de educação!”-----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** – disse o seguinte:-----

---“Este assunto, no fundo, é um ato de egoísmo. Põe-se em causa o direito da educação de milhares de famalicenses. A Câmara Municipal, que eu saiba, até hoje, que foi até agora e creio que vai continuar a ser, é um braço do Estado junto das pessoas. E esta decisão é uma oportunidade de a Câmara poder intervir para as pessoas. Ora, a Câmara Municipal conhece a realidade de perto e predispõe-se a ajudar.-----

--- Vemos aqui uma oportunidade de preparar um modelo de gestão. Um modelo que responde e que conhece de perto as dificuldades e partilha com o Estado Central, porque a Câmara é o Estado, a Câmara é Governo, a Câmara representa-nos a todos, a Câmara tem legitimidade, foi votada, foi eleita em representação do povo, exerce um poder legitimado pelo voto, mas partilha, portanto, essa gestão com o Estado, para resolver. -----

--- Vamos a um exemplo:-----

--- Quando algo acontece numa escola, qual é a solução? A maior parte das vezes, ai Lisboa, ai Terreiro do Paço, ai que eles não ligam nenhuma, Portugal é Lisboa e o resto é paisagem! Desta vez temos a oportunidade de vir decidir sobre o interesse das pessoas, sobre o interesse dos famalicenses, sobre o interesse de Famalicão. Portanto, a Câmara partilha esta iniciativa numa ótica de apresentar soluções, soluções para os problemas das pessoas. Não está aqui em causa mais nada que não os problemas das pessoas.-----

--- Ora então o que é que acontece? Temos um sindicato e o sindicato ao bloquear esta solução, vai prejudicar o início de aulas. Vai pôr em causa a relação de confiança entre as populações e o poder representativo. Vai pôr em causa a relação de confiança do poder do Governo e o poder das Câmaras Municipais. Vai criar acima de tudo, e isto é o mais importante, um problema a quem beneficia do ensino. Vai criar um problema às famílias.

Vai criar um problema aos alunos. Vai criar um problema aos jovens e às crianças de Famalicão. Vai pôr em causa um direito, que é o direito do ensino e o direito da educação. Um direito basilar. -----

--- Ficamos com isto a saber, uma coisa muito simples: O Partido Comunista e o BE apoiam esta medida do Estado, prejudicando todos os famalicenses em nome de uma ideologia política e acima de tudo centralista. -----

--- Da parte do CDS, levamos a coragem deste executivo, que aceitou levar a cabo uma política de proximidade, uma política de soluções, aplicando no fundo um princípio, que é um princípio aplicado em diversas circunstâncias, que é o princípio da subsidiariedade, - custa um pouco dizer, mas representa uma coisa muito simples, que é pensar global e agir local - que é definir estratégias de um aspeto geral e encontrar a melhor maneira de implementar e resolver essa estratégia. E a melhor maneira de resolver essa estratégia, é com quem conhece a realidade. Esta solução no fundo aplica-se, porque se verificou que muitas vezes a distância dificulta a perceção dos problemas. E com isto, nós temos em Famalicão a oportunidade de preparar o modelo que resolva os problemas das pessoas, que não fique à espera do Terreiro do Paço. -----

--- E no fundo o que é que nós temos aqui? Temos aqui a CDU em campanha política! Que vem privatizar e vão destruir...! Só para explicar novamente: municipalização não é privatização! O município faz parte, é um órgão de poder, faz parte da gestão e participa na gestão com o Estado. Eu não vejo onde é que a CDU vê a privatização. Para o Partido Comunista Português está visto e mesmo para o BE de uma forma ainda que na sombra... Para o Partido Comunista Português está visto, centralismo, centralismo, centralismo! Lisboa, Lisboa, Moscovo! Já chega! Vamos olhar para as pessoas! Soluções para as pessoas!

--- Meu caro, é muito simples, aqui está em causa a municipalização. Não está em causa privatização. Aqui está em causa a aplicação de um modelo que tenta, fará por isso, resolver os problemas das pessoas, mas no fundo, para a CDU, para o Partido Comunista Português, para o Partido Ecologista os Verdes, representado por uma só pessoa aqui nesta Assembleia, é isto! É a ideologia que se sobrepõe ao interesse das pessoas! É a ideologia que se sobrepõe ao interesse do povo! -----

--- Bem, da parte do PS é a abstenção! É isto!" -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Eu agradeço a intervenção do senhor deputado do CDS em querer tirar conclusões. Eu penso que não as terei dito, provavelmente eu padeço de falta de transparência discursiva, até posso conceder em relação a isso, muitas vezes aquilo que eu estou a pensar dizer talvez não se materialize nos vossos ouvidos, mas..., e penso que posso repetir algo parecido com isto, eu disse-o aqui e o Bloco de Esquerda também o defende, que a Administração Local cumpre certamente muito melhor, em muitas tarefas, do que a Administração Central diz respeito. Mas, o que é o que se passa no caso concreto desta questão da educação, é que a nossa Administração Central, o nosso Ministério da Educação, pura e simplesmente, há vários anos para cá, demitiu-se da sua função, que é assegurar um ensino de qualidade a todos os jovens portugueses, onde todos possam aceder à escola como meio de aceder ao conhecimento, à sua mobilidade social etc.. Algumas das virtudes que a escola tem serão também essas, não é! E essa demissão do Ministério da Educação, principalmente com governos do PSD e PSD/CDS, é nítida e as próprias autarquias vem-no a sentir e provavelmente até acabaram por contratar com essa entidade do Ministério da Educação, porque certamente sentiram que nas escolas há falta não só de docentes, que apesar de tudo ainda é um campo que nos está vedado, a não ser numa dimensão muito restrita, mas essencialmente de qualidade das infraestruturas e de pessoal auxiliar. E essa, falta certamente mais do que em Lisboa aqui neste município e em todos os outros, não é! As pessoas sentiam-no, as famílias sentiam-no, os alunos sentiam-no, e valha-nos essa bondade por parte do município, que pensou que de alguma forma podia tornar a vida dos famalicenses melhor e nada contra isso! Agora, como já o dissemos em abril, esta questão substantiva do Estado, da Administração Central nessa questão essencial da educação, se é admitido, não torna este processo mais válido, não nos leva a concordar com este processo de mera delegação de competências, porque isso está longe de qualquer ideia de democratização do ensino, de autonomia do ensino, não se pode confundir termos, não se pode mistificar questões, quer dizer, as palavras tem a sua substância e significa o que significam. -----

--- Eu esperava que o senhor deputado do CDS, não confundisse quando o BE se manifesta contra esta, porque também já se manifestou quanto à sua substância, se manifesta contra

esta invocação do interesse público, é porque realmente não encontramos nem qualquer interesse público nesta oposição do município em relação a este processo judicial, porque, convenhamos, não há esse caos que nos querem fazer pintar, e porque também não concordamos com a essência de todo o processo! Portanto, não é este mero pormenor que nos leva a alterar a nossa posição.” -----

--- **PAULO COELHO (CDS-PP)** – disse: -----

--- “No passado dia 29 de Abril, deliberou esta Assembleia autorizar a Câmara Municipal a celebrar um Contrato Interadministrativo de delegação de competências com o Ministério da Educação e Ciência e a Presidência do Conselho de Ministros. Pronunciámo-nos a favor porque entendemos que beneficiaria a Comunidade Educativa de Vila Nova de Famalicão. O que está aqui em discussão hoje não é o Programa Aproximar Educação, é sim o direito, e acima de tudo, o dever, de acautelar os superiores interesses dos Famalicense, particularmente dos 25 mil Famalicense que vêm o arranque do ano letivo 2015/2016 potencialmente perturbado pelos efeitos suspensivos de uma providência cautelar. O conjunto de constrangimentos que adviriam da suspensão da deliberação aprovada por maioria por esta Assembleia Municipal, a casa da Democracia do Concelho, não teria um impacto material negligenciável. -----

--- Entendemos que a decisão patente na proposta da Câmara Municipal, recorrendo a um mecanismo legal que existe para garantir que o interesse público não saia prejudicado, é plenamente justificada, e na nossa leitura, decorre naturalmente daquilo que se espera de um órgão executivo ciente das suas responsabilidades. -----

--- Estamos em crer que, com esta resolução fundamentada, não é menosprezada a importância da discussão em sede própria - os Tribunais - da validade dos argumentos esgrimidos nesta contenda, o que defenderemos sempre é a qualidade de vida e os direitos fundamentais, nos quais consta o direito à educação, de todos os famalicense, que nos elegeram e zelosamente representamos. -----

--- Pelo exposto acima, votaremos a favor.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “De facto este assunto é um assunto muito sério, porque tão sério que é inadmissível pensar-se que aquilo que funcionou durante 40 anos, agora, de repente, descobriu-se que

não é bom. Está tudo centralizado, está tudo a funcionar muito mal, e de facto há coisas que estão a funcionar mal! Professores são-lhes cortados salários, parte do vencimento, as carreiras muitas vezes bloqueadas, de facto o sistema de ensino não pode progredir, se os seus agentes mais importantes têm uma vida profissional instável! Não é possível! E isto de quem é a culpa? É de quem de facto nos Governa! É do Governo do PSD/CDS que faz estas atropelias à lei e que depois, como noutras situações, vai caminhando no sentido de que venha a ser possível, ou uma medida de privatizar os serviços para dizer que agora é que vai ficar bom, ou de municipalizar para servir de trampolim para que mais à frente vejamos se parte dos serviços não vão sendo privatizados num sentido muito claro, que é para dar lucro àqueles que vão pegar nesses serviços. Ora se vai dar lucro àqueles que vão pegar nesses serviços, passa por quê? Por dispensar professores, por dispensar outros profissionais, para que este ensino para a privada possa dar dinheiro! É disto que no fundamental se trata e que vai acabar por desembocar nesse caminho! Não temos quaisquer dúvidas em relação a isto! E nós temos visto algumas situações já! E eu diria que tal coisa não venha a acontecer, mas já se vê por aí, e os senhores deputados que estiveram agora de férias terão tido também a oportunidade de já ver isto, determinadas estações da CP onde as pessoas para irem à casa de banho têm de pagar! Têm de pagar, porque o serviço agora é explorado por empresas privadas! -----

--- Bem, oxalá os alunos não tenham que fazer o mesmo quando isto for privatizado! Oxalá não seja privatizado que é diferente.”-----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

---“Senhor Presidente, vou agora fazer uma declaração que servirá como declaração de voto do Partido Socialista e que depois no final da votação farei chegar à Mesa. -----

--- O Partido Socialista, na reunião da Assembleia Municipal do passado dia 29 de Abril, absteve-se relativamente ao contrato de delegação de competências entre o ministério da educação e o município de Famalicão na área da Educação e formação. Na altura, referimos que este processo tinha de ser objeto de uma ampla discussão e concertação entre todos os agentes intervenientes. Como hoje vemos, tal concertação e discussão não ocorreu, pelo menos com uma parte essencial do processo: Os professores. -----

--- Assim, se na altura havia dúvidas, hoje elas aparecem ainda mais reforçadas, dando razão ao PS pelos alertas e receios.-----

--- Não só houve retrocesso em outros municípios, que procederam a uma reavaliação deste tipo de contratos, como continuam a haver varias entidades como a ANMP que estão contra.

--- A metodologia usada por este município não só não permitiu o esclarecimento e a concertação, como colocou uma parte de agentes intervenientes contra o processo, como se constata pelos resultados totalmente esclarecedores de uma auscultação aos docentes do concelho, o que aliás levou a que este processo fosse objeto de uma providência cautelar. ---

--- Existem também aspetos na providência cautelar apresentada que não podem deixar de ser tidos em conta. É referido não só que este contrato não permite a descentralização como também referem, no ponto 17, que a Autarquia como elemento essencial na intervenção local deve ser parceiro insubstituível, mas não elemento tutelar com poder decisório. -----

---A providência apresentada levanta ainda muitas outras questões, incluindo alguma de aspetos legais. -----

--- Ora, perante todos estes factos e duvidas, constata-se que mais uma vez o PS tinha e tem razão. -----

--- Perante estes factos e questões levantadas, e pela necessidade de todos os agentes intervenientes terem de estar em sintonia para que este processo seja realmente proveitoso para Famalicão e para os famalicenses, mantemos as nossas profundas reservas sobre este processo. -----

--- No entanto e atendendo ao interesse de que o ano letivo possa começar sem percalços e atendendo, sobretudo, ao processo de contratação em curso de pessoal não docente, que podia ficar comprometido, o PS irá associar-se à declaração de interesse público, abstendo-se, por Famalicão e pelos Famalicenses.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

---“Este tem sido um debate, eu diria sem grandes novidades. O Partido Comunista Português, convenhamos dizê-lo, foi fiel a si próprio, fiel à defesa do centralismo, dum Estado centralista e centralizador. O Partido Comunista Português já nos habituou que é defensor da autonomia do Poder Local, mas... desde que ela não ponha em causa, naturalmente o Estado centralizador em Lisboa. O Partido Comunista Português também

pelas palavras do senhor deputado Domingos Costa, é claramente defensor da descentralização de competências para os municípios, mas na área da educação, desde que não ponha em causa o planeamento e o poder de decisão da 5 de Outubro! Ai isso é que não poder ser! Portanto, nós já estamos habituados que o Partido Comunista Português seja defensor de tudo e do seu contrário. E também aqui claramente foi fiel a si próprio. -----

--- O Bloco de Esquerda, convenhamos, nós sabemos que o Bloco de Esquerda é um partido de tendências e é um partido de divergências. Curiosamente senhor deputado, o senhor deputado anunciou aqui, ou deu a conhecer aqui, a sua profunda divergência com aquilo que é a argumentação central do Bloco de Esquerda em Lisboa! É que o Bloco de Esquerda o que referiu relativamente a esta matéria da descentralização de competências para os municípios nesta área, é que dela discordava, porque apenas admitia que ela se processasse para entidades de natureza distrital ou regional, eleitas por voto direto, isto é, a regionalização, com prejuízo de todas as demais. Repare agora também aqui, que há claramente aqui uma nova tendência, uma divergência, que diga-se em abono da verdade, também não nos surpreende, porque é normal dentro do Bloco de Esquerda. -----

--- O Partido Socialista também não nos trouxe nenhuma novidade. É o Partido do mas! Nós concordamos, mas...! Nós defendemos, mas...! Nós aceitamos, mas...! Nós até achamos que, mas...! Se calhar é melhor não fazermos nada agora, vamos refletir, vamos andando e vamos vendo, porque se calhar é melhor não ficarmos de mal com ninguém, porque vá se lá saber porquê, mas não estamos de acordo, mas...! É como aqui, nós defendemos o interesse público, mas...abstemo-nos! É claramente o partido do mas... -----

--- E já agora deixe-me aqui dizer, mas há sempre claramente um argumento invocado para o mas... Até agora o motivo central invocado para a discordância do processo, foi que este era um processo que não respeitava o princípio da universalidade e da equidade, isto é, era dirigido a um conjunto de municípios no âmbito de projetos-piloto. Bom, essa argumentação, pelo menos hoje, caiu por terra e arranjou-se um novo argumento, e o novo argumento aqui esgrimido foi, não foi um processo claramente participado, consensualizado, defendido, discutido, refletido, não foi um processo participado! -----

--- Senhores deputados, se há processo participado, discutido, refletido, é este. Eu vou aqui recordar e mais, dizendo mais, que os professores como deram aqui a entender, que os

professores foram postos à margem desta discussão, o que não é verdade. Eu vou recordar que no âmbito deste processo realizaram-se conselhos gerais em todas as escolas, reuniões gerais em todas as escolas para a discussão temática desta matéria, houve reuniões com os sindicatos, incluindo o sindicato proponente da providência cautelar, houve reuniões com a associação de pais que eu julgo que é uma parte importante deste processo, como são os sindicatos, como são todos, como são os pais. Houve reunião do conselho municipal de educação para esta matéria, houve reuniões da Câmara Municipal do senhor Vereador, com todos os partidos políticos que também são importantes neste processo, houve a reunião com a federação concelhia das associações de pais, processo importante e uma parte inteiramente importante, houve reunião com os senhores diretores, aliás, os senhores diretores das escolas discutiram entre si, qual era a melhor matriz para este processo! Professores! E mais, os senhores diretores, ou representantes dos diretores de escola, tiveram a oportunidade de acompanhar a Câmara Municipal, nas reuniões técnicas que houve com o Governo. Portanto processo participado! Discutido e refletido foi este! -----

--- Bom, mas vamos aqui ao que está em discussão. O meu companheiro, Álvaro Oliveira, teve o cuidado de dizer o que está aqui em discussão claramente é isto: aceitamos ou não que 20 mil jovens e crianças famalicenses vejam em risco o início do ano letivo naquele dia que seria a data indicada, esse é que é a questão. Nós aceitamos ou não, que 20 mil crianças e jovens famalicenses não saibam quando é que vai começar o ano escolar? Nós aceitamos ou não, que 12 mil famílias famalicenses vivam numa instabilidade, numa incerteza e numa insegurança sobre aquilo que será o início do ano letivo? -----

--- Diz o Bloco de Esquerda, há isso não é bem assim! Os senhores estão a dramatizar, isso não é tão problemático! Ó senhor deputado, é problemático. Pergunto eu a V.a Exa, consegue o funcionamento das escolas sem o pessoal auxiliar? Está a imaginar? O senhor deputado está a imaginar as escolas a funcionar sem os 90 professores que a Câmara Municipal contratou exatamente para este efeito? Não está pois não? Nós também não! -----

--- O Partido Social democrata também não traz aqui nenhuma novidade! Também nesse aspeto convenhamos que não somos diferentes. E por não trazermos novidade, e porque nós nestas matérias que são importantes e para as quais não pode haver hesitações, nós não hesitamos naquilo que é o nosso sentido de voto, nós não temos medo nenhum de

eventualmente não satisfazer a vontade de alguém legítima, nós não temos medo de correr esse risco, nós não temos medo de perder votos, ainda que seja agora numa campanha eleitoral próxima! Não temos medo, porque nós defendemos intransigentemente o interesse público e sem qualquer tibieza, sem qualquer zig zag, sem qualquer dúvida, dizemos: sim, nós defendemos o interesse público, sim, nós vamos votar a favor desta proposta.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse o seguinte:-----

--- “Senhor deputado, eu sou obrigado a fazer este ping pong com diferentes intervenientes, mas também não me resta outra hipótese. -----

--- O senhor deputado Jorge Oliveira falou da incongruência, ou da divergência do Bloco de Esquerda, quer dizer, para além de não haver um monolítico e muito menos no seu partido, portanto essa questão acho que é mera picardia política, mas pronto, até porque aí discutia-se em sede da Assembleia da República, discutia-se o decreto-lei, portanto era a montante a nossa discussão aqui, e o nosso princípio continua-se a adequar, quer dizer, a descentralização faz sentido. Haja regionalização e depois a gente... eu continuo a insistir nessa tecla, quer dizer, não serão 91 pessoas, por muito importantes que elas sejam, e elas não existem por culpa do Governo PSD/CDS, porque não contrata pessoas, nós bem sabemos disso, portanto não é sério invocar o caos para defender o interesse. Eu já o disse há pouco e já o repeti uma vez e volto a repeti-lo, longe de nós, não nos alimenta qualquer questiúncula partidária que possa prejudicar os famalicenses. Quer dizer, nós não conseguimos é alinhar neste argumento do município e da maioria, de que ou o contrato celebrado segue em frente, ou as populações escolares famalicenses, não têm um ano letivo normal e que se possa iniciar. Senhor deputado, não vamos por aí, porque isso não é sério! Nós sabemos que as carências que as escolas, não só do concelho de Famalicão, mas de todos os concelhos deste país, as carências da escola pública, depende principalmente da atitude e da postura deste Governo. Não venham dizer que agora, por acaso podemos tentar sanar o caso famalicense, mas não venham dizer que agora a política deste Governo não está aqui em cheque! A política deste Governo está aqui em cheque! Toda a postura de desinvestimento, de corte às vezes cego nos custos no caso da educação, que levaram estas situações às vezes caóticas nalgumas escolas, mas já estavam assim no ano letivo anterior e vão continuar assim muitas vezes independentemente do esforço dos municípios, das

regiões, dos pais, das suas associações, doutros intervenientes locais que possa haver, vão continuar com carências e com limitações. Não havendo uma política de investimento sério por parte da Administração Central, do Ministério da Educação, realmente isto será uma pequena panaceia para esse mal. -----

--- Terminando, gostaria de bater nesta tecla, invocar o caos não é sério como poderão perfeitamente representar.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Só para dizer que de facto os números do sindicato da FENPROF são claros e neste conjunto de municípios a que me referi, numa forma geral entre 90% a 99% dos professores foram contra a municipalização da educação. -----

--- Para finalizar, dizer que se é um problema de caos, não é um problema de caos, porque se o Tribunal vier a decretar a suspensão desta medida, como é que vamos fazer? Vamos desrespeitar a ordem judicial? A CDU naturalmente estará contra esta medida da municipalização do serviço.”-----

--- **CARLOS CARVALHO (CDS-PP)** – disse o seguinte:-----

---“Pelo que eu percebi inicialmente pelo Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda não concorda quando é decidido por Lisboa, mas também não concorda quando é decidido pela Câmara Municipal. Pronto, o Bloco de Esquerda basicamente não concorda. -----

--- Depois, temos outra coisa que é basicamente interesse público. Interesse público é do mais democrático que existe. O interesse público existe para salvaguardar o bem público, o bem de todos, toda a população. Salvaguardar o bem público quanto a alguns interesses de alguns setores. E no fundo o PCP volta às suas origens, ao sectarismo, é o costume! -----

--- Relativamente ao PS, portanto o PS associa-se ao interesse público abstendo-se. Não imagino nada melhor no inimigo do público do que esta, mas tudo bem, é a posição que tem.

--- Quanto à municipalização, quanto aos agentes locais para a educação, deixem-me apenas dizer uma coisa, esta Câmara Municipal, mas qualquer outra, mas de qualquer das formas, porque é desta que estamos a falar em especial, e é esta que nos apresenta garantias e é por esta que nós nos defendemos, esta Câmara Municipal é das Câmaras que se calhar mais apoia o estudo, a educação e os alunos no país. É a Câmara que se calhar mais defende os interesses dos seus munícipes. É a Câmara que dá bolsas de estudo. É a Câmara que apoia

nos passes. É a Câmara que apoia nas refeições. E, no meio de tudo isto, o PCP está contra. Não sei qual é a solução do PCP, também não percebo qual é a solução do Bloco e muito menos qual é o interesse público invocado pela abstenção do PS.” -----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

---“Senhor deputado Jorge Oliveira, eu sei que V. Exa já está em pré campanha e nós temos que lhe dar um desconto de algumas coisas que vem para aqui dizer, mas podia, pelo menos, relativamente à posição do Partido Socialista, porque se há posição que é coerente é a do Partido Socialista. Eu julgo que V. Exa não esteve na Assembleia Municipal que se decidiu o ponto em questão, mas podia pelo menos ter visto a ata e ver a declaração de voto que é exatamente a mesma posição que o Partido Socialista assumiu. Portanto, acerca disso não, ao contrário da maioria, que na altura propagandeou, disse que isto era muito consensual, aliás tem sido muito dialogante, dizia o senhor Presidente da Câmara que não tinha medo de assumir mais protagonismo, mais competência, porque sabia que tinha o compromisso de todos os agentes. Ora, temos agora um inquérito que diz que 95% dos docentes que votaram não querem, estão contra. Se tem o compromisso de todos agentes é só de parte, aliás em termos de certezas desta maioria, há uma que me puxa sempre assim: é quando falamos da Devesa, que estava tudo bem e temos agora um buraco de quase 7 milhões para pagar, essa é uma certeza que vai custar muito aos famalicenseis. -----

--- Já agora em termos de regionalização, quem não quer a regionalização faz pequenas descentralizações, mas pelos vistos já havia algumas pessoas que estão contra a regionalização e já defenderam portanto a regionalização, vamos ver no futuro como é que vai ser a posição.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Eu entendo que este tema é um tema muito sério e não quero acusar ninguém de leviandade, mas quem tem a responsabilidade de tomar decisões, deve saber distinguir o momento em que devemos debater a decisão que vamos tomar, do momento em que temos que tomar a decisão e executá-la. -----

--- Eu não quero dizer que este debate foi um mero prolongamento de outros que aqui tivemos, mas é indiscutível que o que está em cima da mesa neste momento, não é uma opção entre um modelo e outro modelo. O que está em cima da mesa é nós concluirmos um

processo que muito mais do que está em curso está praticamente concluído, e quem trabalha nas escolas sabe do que eu estou a falar, sabe que não é em agosto, muito menos em setembro, que se planeia um ano letivo. -----

--- Quando aqui ouvi dizer que há aqui alguma defesa do caos, nós não podemos esquecer que estamos a falar de cerca de 90 assistentes que vão ser contratados para as escolas. Também aqui foi dito que o Governo devia tê-lo feito. É bom não esquecer que o Governo pelo que é público, está a fazer para as escolas que vão ficar sob a alçada do Governo! Não vai agora abrir os procedimentos para estas escolas que venham a cair na alçada do Governo! E mesmo aqueles procedimentos que ainda que oportunamente abertos, é discutível se as pessoas vão ser contratadas a tempo do início do ano letivo! -----

--- Agora, eu não sei se está aqui alguém nesta sala que me pode assegurar que se amanhã o senhor Ministro da Educação abrir um procedimento para contratar 90 pessoas para Famalicão, elas vão estar cá no dia 12 de setembro! Eu não acredito nisso e penso que os senhores também não!-----

--- É de pragmatismo que se trata. Se nada for feito, se nós não aprovarmos, se os senhores deputados não aprovarem esta proposta, o processo vai recuar e a Câmara Municipal não pode assegurar aos pais, aos alunos, aos professores, o regular início do ano letivo. E o que nós queremos é que o ano letivo comece com a regularidade, e estou convicto que os senhores deputados também o querem, simplesmente, para sermos consentâneos com esse desejo, não podemos deixar de aprovar essa deliberação. -----

--- Quero também dizer-vos senhores deputados que, o que está em causa aqui não é saber quem é que tem culpa ou deixa de ter culpa, nós temos um problema para resolver e eu não quero chegar ao dia 15 de setembro e limitar-me a sinalizar quem é o responsável pela anormal abertura do ano letivo! A função do Presidente da Câmara não é comentador nem analista, é decisor. É estar ao lado dos cidadãos e ajudá-los a satisfazer os seus interesses.---

--- E para concluir, deixar um lamento, porque por aquilo que foi sinalizado pelas intervenções aqui trazidas, o consenso em torno deste processo, é muito maior fora desta sala do que nesta sala!” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A RESOLUÇÃO FUNDAMENTADA, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 128.º DO CÓDIGO DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS**

--- Posta à votação tal proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----O SECRETÁRIO-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

--- Documento referente ao ponto único;-----

--- Minuta de ata referente ao ponto único; -----

--- Declaração de voto do Partido Socialista. -----

[illegible]